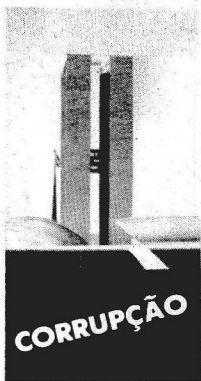


Câmara decide investigar Cleto e Dantas por tentativa de extorsão

SCHEILA BERNADETE

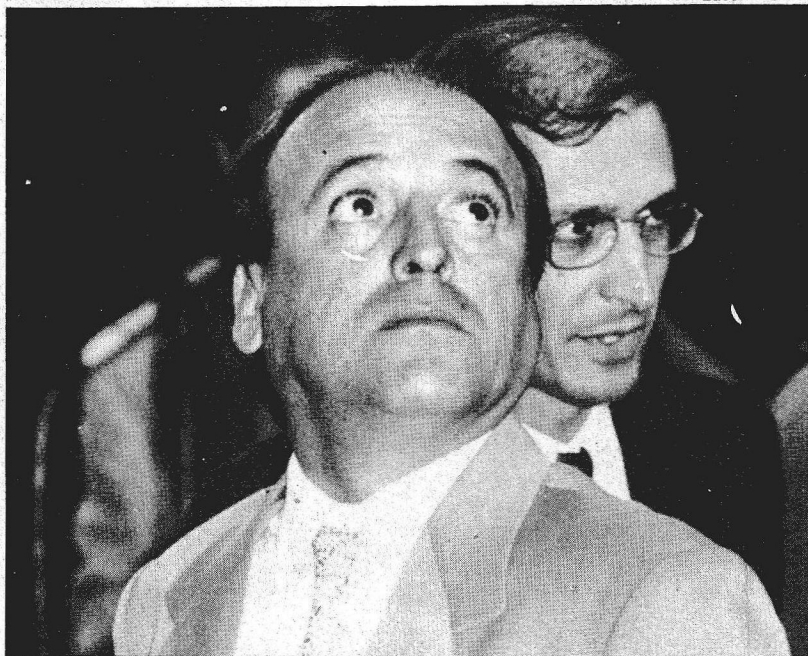


Um novo escândalo envolvendo deputados federais será investigado no Congresso. Por determinação do presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira, a Corregedoria da instituição deverá decidir hoje sobre a abertura de outra sindicância contra os deputados alagoanos Luiz Dantas (ex-PSD, atualmente sem partido) e Cleto Falcão (PSD), ex-líder de Fernando Collor na Câmara — por falta de decoro parlamentar. Desta vez, eles são acusados de tentativa de extorsão. Cleto e Dantas já sofrem um processo na Câmara — juntamente com mais 14 deputados — devido às denúncias de venda dos mandatos por US\$ 30 mil.

O preço desta vez é de US\$ 200 mil, segundo o deputado estadual de Alagoas Talvane Albuquerque (PP). Conforme ofício enviado por ele à Presidência da Câmara, este valor teria sido cobrado pelos parlamentares, para que o jornal O Diário, de propriedade dos dois deputados, não divulgasse denúncias de corrupção contra Albuquerque. Como prova, o deputado entregou à Corregedoria cópia de uma fita cassete, com 35 minutos de duração e que teria sido gravada no último dia 6, com conversas telefônicas entre os três parlamentares. Na gravação, Cleto daria o direito a Talvane de colocar uma pessoa de sua confiança na direção da empresa, além de admitir a inexistência de "recibo ou prova". Dantas endossa a proposta de Cleto.

Até à noite de ontem, os deputados alagoanos não haviam retornado a Brasília, para darem suas versões sobre o escândalo. No entanto, de acordo com um assessor de Cleto Falcão, o parlamentar entrou de "gaiato" na história, "pois jamais pensou em fazer este tipo de proposta" a Talvane. Segundo ele, a intenção de Cleto era vender o jornal porque a empresa "está passando por dificuldades". O funcionário confirmou a conversa, mas acusou Talvane de fazer armação: "Ele fez cortes na fita". A justificativa é que os US\$ 200 mil citados na gravação não correspondem a 25% das ações do jornal oferecidas ao deputado estadual, que tomou a iniciativa da compra.

De acordo com o assessor de Cleto, este não deverá tomar qualquer providência contra Talvane, "para evitar o espaço que ele quer



Cleto é acusado de tentar extorquir US\$ 200 mil de Talvane

"O QUE ELE ACERTOU ESTÁ ACERTADO"

Albuquerque: Deputado Luis Dantas, como vai, meu amigo?

Dantas: Tudo bem, tudo andando.

Albuquerque: É verdade que querem suspender as imunidades?

Dantas: É sim; talvez isso passe...

Albuquerque: (...) Aqui em Alagoas também não vai aparecer um escândalozinho. Mas Luiz, já conversei com Cleto e...

Dantas: Ele me ligou; o que ele falou para você ele falou no nome dele e em meu nome. Tudo o que ele acertou com você está acertado comigo também.

Albuquerque: Tá Luiz, muito obrigado.

"É A MINHA PALAVRA E A SUA"

Albuquerque: Mas Cleto, com relação ao negócio de ontem, os seis e meio equivaliam a 50; agora o Dantas está querendo os 25?

Cleto: Está radicalizando em cima disso. Ou seja, está querendo empurrar o pé, como quem diz não; ele está mais ou menos entendendo que você, botando um pé, entra de vez, entendeu?!

Albuquerque: Sei; quanto equivalem aos 25%? Naquele dia, você não me mostrou o papel...

Cleto: Seis ponto vinte e cinco equivalem a 50.

Albuquerque: Doze e meio é o dobro, certo; e 22, 200 mil, certo. Ele dá uma condição de parcelamento?

Cleto: Ele, na conversa dele, estava extremamente radical; mas eu não vou mais ligar para ele, não.

Albuquerque: Olhe, porque temos dois caminhos para resolver esse negócio...

Cleto: Eu quero que você faça o negócio é comigo. Se você puder fazer, diga assim: eu faço em tal condição. Sendo viável, eu assumo junto a ele.

Albuquerque: Duzentos mil é meio pesado para dar de uma só vez. Ou a gente acerta para você parcelar isso — juntamente você conversa com Dantas e parcela — ou então diminui, para a gente quitar isso já no dia 15 do 11...

Cleto: Como eu vou propor? Quem tem que propor é você? Você pode dar em três vezes?

Albuquerque: os 200 em três vezes?

Cleto: Setenta, setenta e sessenta. Mas, se for para dar de uma só vez, por exemplo, se no dia 15 eu entregar os dólares todos, quanto faria, se não tivesse que parcelar?

Cleto: Proponha, que eu proponho.

Albuquerque: Cem mil dólares, de uma só vez, no dia 15 de novembro.

Cleto: Seguramente que não faz. Não faz até porque em termos patrimoniais...

Albuquerque: Veja bem: 150 mil ele não faz? De uma só vez? Porque o dólar é corrigido.

Cleto: Faz, faz.

Albuquerque: Porque eu vou fazer esse negócio em confiança com você e você não vai passar papel nenhum para mim.

Cleto: É a minha palavra e a sua...

na imprensa". Cleto atribui a "armação" ao governador de Alagoas, Geraldo Bulhões — aliado político de Talvane —, que teria o intuito de comprar o jornal, cuja linha é de oposição ao atual governador.

Outro argumento do parlamen-

tar, conforme seu funcionário, foi a intensa campanha promovida pelo jornal contra Talvane, que o acusa de fraudar a Previdência, através da falsificação das Guias de Internação Hospitalar, para beneficiar "seus dois hospitais no Estado".

Deputados suspeitos podem ser suspensos

A Mesa da Câmara deve apresentar na revisão uma série de propostas para tornar mais ágil e transparente o processo de cassação de mandatos dos parlamentares envolvidos em corrupção, além de evitar que a eventual renúncia dos acusados impeça a punição. O presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), discutiu ontem com os integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aspectos técnicos das sugestões, que serão avaliadas também pelo colégio de líderes terça-feira.

Na reunião de ontem, de quase três horas, Inocêncio pediu pressa no exame de 62 pedidos do Supremo Tribunal Federal (STF) para processar deputados. As sugestões apresentadas por Inocêncio: restringir a imunidade parlamentar (para proteger o parlamentar quanto à opinião, voto e palavra apenas e não quanto a crimes comuns) e tornar públicas as sessões e abertos os votos nos processos de cassação. Inocêncio propôs que os vetos presidenciais sejam apreciados em votação aberta e apenas na casa de origem (no Senado ou na Câmara, dependendo de onde partiu o veto) e modificações na estrutura da Comissão de Orçamento.

Os membros da CCJ alertaram o presidente da Câmara quanto ao risco de se colocar em prática uma medida que está sendo analisada pela CPI, dos processos de cassação irem direto ao plenário, sem passar pelas comissões de Justiça das duas Casas. Eles consideraram que os processos seriam nulos. A Mesa, a CCJ e os líderes vão examinar, então, uma proposta para que os mandatos sejam suspensos por até 120 dias, sem prejuízo da punição que venha a ser decidida pelo plenário.

As propostas dividiram a comissão. Muitos defenderam a manutenção do voto secreto nas sessões de cassação, para evitar constrangimento entre os deputados que, afinal, são colegas. Eles também discordaram da sugestão de se abrir o voto quando da apreciação de vetos presidenciais, pois isto poderia favorecer o Executivo. Inocêncio concordou e retirou sua sugestão.

Se houver consenso quanto às propostas — ou parte delas, sobretudo as que dizem respeito aos processos de cassação — os líderes podem pedir ao relator da revisão, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que as examine primeiro, no início de janeiro. Assim, os parlamentares envolvidos nas falcaturas do Orçamento não participariam das ações da revisão.